

Maciel diz que bloco não se alinha com o Executivo

"A existência de um bloco parlamentar de sustentação ao Governo não implica em alinhamento incondicional dos partidos que o integram ao Palácio do Planalto". Foi com este tom de independência que o senador Marco Maciel (PE), líder do PFL no Senado, confirmou ontem que deve aceitar a liderança do bloco governista naquela Casa do Congresso.

Maciel fez questão de deixar claro que as lideranças do bloco e do Governo são cargos distintos. "Os partidos que compõem o bloco convidaram-me para a liderança, mas o representante do Governo quem escolhe é o presidente da República", acentuou.

O senador pernambucano, considerado um fiel aliado do Planalto, tem algumas restrições ao pacote econômico e acha que este sofrerá modificações no Congresso. O congelamento de preços e salários é um dos pontos questionados por Maciel: "Acho que precisamos discuti-lo profundamente".

Só depois de definir as medidas que integrariam o pacote é que o Governo chamou seus aliados no Congresso para conversar sobre a matéria, confirmou o senador pefelesta. A partir daqui, contudo, ele acredita que o relacionamento

do Planalto com sua bancada será diferente: "O Presidente prometeu que nossa participação será ampliada", revelou.

Oficialmente, apenas o PFL (19 senadores) e o PRN (cinco senadores) integram o bloco governista no Senado. Em suas contas, porém, o senador Marco Maciel inclui também o PDS (três senadores), o PDC (quatro senadores) e o PMN (um senador). Ele pensa atrair ainda o PTB, com seus oito senadores, mas a bancada decidiu manter-se numa posição de independência em relação ao Governo, negociando cada matéria isoladamente.

As eleições do ano que vem, para prefeito, poderão ser realizadas sem o segundo turno previsto pela atual Constituição. A proposta será feita ainda esta semana pelo senador Marco Maciel que apresentará emenda constitucional nesse sentido. De acordo com a Constituição, todos os municípios com mais de 200 mil eleitores devem realizar eleições em dois turnos, sempre que nenhum dos candidatos conseguir a maioria absoluta dos votos nominais, no mesmo esquema utilizado para a escolha de governadores e presidente da República. Aliás, a proposta de Marco Maciel não se refere apenas a prefeituras, mas também a governos estaduais.